



**COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DA
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA.
COOPSESP**

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.S.as. as Demonstrações Contábeis do semestre findo em 30/06/2024 da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores da Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais Ltda. - COOPSESP, na forma da Legislação em vigor.

Política Operacional

A COOPSESP mantém sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos.

Avaliação de Resultados

No primeiro semestre de 2024, a COOPSESP obteve sobras no valor de R\$ 63.812,84.

Ativos

Os recursos aplicados no Banco do Brasil somaram R\$ 4.438.697,47. Por sua vez a carteira de créditos representava o valor de R\$ 4.597.584,30.

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 30/06/2024, o percentual de 41,17% da carteira, no montante de R\$ 1.892.613,62.

Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência da COOPSESP era de R\$ 8.443.712,06. O quadro de associados era composto por 1337 Cooperados.

Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

A COOPSESP adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99.

Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na Assembleia Geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.



**COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DA
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA.
COOPSESP**

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

Com a exclusão do serviço de Agente de Controles Interno Centralizado, prestado pelo Sicoob Central Cecremge, através do contrato de convênio firmado entre as partes, os Controles Internos agora são realizados por Agente de Controle Interno da própria Cooperativa. Além disso, foi contratada a empresa Linear Auditores Independentes S/S para executar os serviços de Auditoria Interna.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal e o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais.

Todos os mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

Conselho Fiscal

Eleito a cada três anos na AGO, com mandato até a AGO de 2026, o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

Código de Ética

Todos os integrantes da equipe da COOPSESP aderiram, por meio de compromisso firmado, ao código de Ética e de Conduta Profissional da COOPSESP. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. O atendimento às manifestações recebidas era por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria até 31 de dezembro de 2021.

A partir de 01 de janeiro de 2022, o atendimento às manifestações passou a ser recebido por um plano de serviço de assinatura de VOZ SOBRE IP – VOIP, através do telefone 0800 222 5529, contratado pela COOPSESP, através da empresa FONETALK SERVIÇOS DE TELEFONIA EIRELI – ME FONETALK. A cooperativa dispõe de ouvidor próprio, que atende as ligações. Está disponível também o email ouvidoria@coopseps.com.br, mantendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No primeiro semestre de 2024, a Ouvidoria da COOPSESP não registrou manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa.

**Rua Uberaba, 315 – Loja 09 - Bairro Barro Preto – Belo Horizonte – MG
Tel: (31) 3227-5529 3223-2036 E-mail: coopseps@coopseps.com.br**



**COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DA
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA.
COOPSESP**

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

Belo Horizonte (MG), 30 de junho de 2024.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - MANDATO ATÉ A AGO/2027

Jorge Sarsur Neto – Presidente do Conselho de Administração
Reinaldo José de Magalhães – Vice-Presidente do Conselho de Administração
Alvimar Silveira de Paiva – Diretor Coordenador e Financeiro
Júlio César Ássimos Maroni - Diretor Administrativo e Comercial
Daniel de Carvalho Isidório - Conselheiro de Administração Vogal Efetivo
Neide de Souza Januário - Conselheira de Administração Vogal Efetivo
Ofélia de Fátima dos Santos - Conselheira de Administração Vogal Efetivo

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores da Secretaria de Defesa Social
do Estado de Minas Gerais Ltda - COOPSESP

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

	Notas	30/06/2024	31/12/2023
ATIVO			
ATIVO CIRCULANTE		6.928.846,18	6.733.451,44
DISPONIBILIDADES	3	79.356,64	70.563,77
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	4	4.438.697,47	4.156.203,17
Carteira Própria		4.438.697,47	4.156.203,17
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	5	2.259.786,73	2.371.700,79
Setor Privado		2.337.753,59	2.463.348,58
(-) Provisão de Crédito	6 -	77.966,86	- 91.647,79
OUTROS CRÉDITOS		135.933,15	126.922,06
Diversos		135.933,15	126.922,06
OUTROS VALORES E BENS		15.072,19	8.061,65
Despesas Antecipadas		15.072,19	8.061,65
ATIVO NÃO CIRCULANTE		2.350.810,82	2.356.840,75
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	5	2.184.462,67	2.183.570,46
Setor Privado		2.259.830,71	2.267.931,48
(-) Provisão de Crédito	6 -	75.368,04	- 84.361,02
PERMANENTE	7	166.348,15	173.270,29
IMOBILIZADO DE USO		166.348,15	173.270,29
Outras Imobilizações de Uso		419.689,47	419.689,47
(-) Depreciações Acumuladas	-	253.341,32	- 246.419,18
INTANGÍVEL		-	-
Ativos Intangíveis		12.982,40	12.982,40
(-) Amortização Acumulada	-	12.982,40	- 12.982,40
TOTAL DO ATIVO		9.279.657,00	9.090.292,19
	Notas	30/06/2024	31/12/2023
PASSIVO			
PASSIVO CIRCULANTE		835.944,94	893.745,45
OUTRAS OBRIGAÇÕES	8	835.944,94	893.745,45
Sociais e Estatutárias		756.688,86	827.329,25
Fiscais e Previdenciárias		26.728,44	24.624,22
Diversas		52.527,64	41.791,98
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10	8.443.712,06	8.196.546,74
Capital de Domiciliados no País		8.339.676,47	8.006.323,99
Reservas de Lucros		40.222,75	21.534,17
Sobras ou Perdas Acumuladas		63.812,84	168.688,58
TOTAL DO PASSIVO		9.279.657,00	9.090.292,19

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Jorge Sarsur Neto
Presidente do Conselho de Administração
CPF: 074.788.286-04

Júlio César Assimos Marone
Diretor Responsável Pela Área Contábil
CPF: 162.432.266-20

Magda Fátima de Oliveira
Contadora CRC/MG nº 066845/06
CPF: 653.024.006-34

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores da Secretaria de Defesa Social
do Estado de Minas Gerais Ltda - COOPSESP

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO

DSP	Notas	1o Sem. 2024	1o Sem. 2023
RECEITA DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		681.671,05	642.864,77
Operações de Crédito	5a	449.176,75	392.549,58
Resultado de Oper. c/ Títulos e Vlrs. Mobiliários	4	232.494,30	250.315,19
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		9.989,84	31.917,63
Operações de Captação no Mercado		-	-
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	6b	9.989,84	31.917,63
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		691.660,89	674.782,40
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		- 628.047,12	- 568.906,34
Receitas de Prestação de Serviços		-	7.727,33
Despesas de Pessoal	11	- 403.809,44	- 339.412,13
Outras Despesas Administrativas		- 260.864,75	- 253.296,64
Despesas Tributárias		- 13.577,82	- 13.106,27
Outras Receitas Operacionais	12	51.370,85	38.395,66
Outras Despesas Operacionais	13	- 1.165,96	- 9.214,29
RESULTADO OPERACIONAL		63.613,77	105.876,06
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		199,07	-
RESULT.ANTES DA TRIB.S/LUCRO E PARTICIPAÇÕES	10 b	63.812,84	105.876,06
SOBRAS/PERDAS ANTES DAS DESTINAÇÕES		63.812,84	105.876,06
SOBRAS OU PERDAS LÍQUIDOS		63.812,84	105.876,06

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Jorge Sarsur Neto
Presidente do Conselho de Administração
CPF: 074.788.286-04

Júlio César Assimos Marone
Diretor Responsável Pela Área Contábil
CPF: 162.432.266-20

Magda Fátima de Oliveira
Contadora CRC/MG nº 066845/06
CPF: 653.024.006-34

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO

DRA	1º Sem. 2024	1º Sem. 2023
Sobras/Perdas Líquidas	63.812,84	105.876,06
Outros resultados abrangentes		
Total do resultado abrangente	63.812,84	105.876,06

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Jorge Sarsur Neto
Presidente do Conselho de Administração
CPF: 074.788.286-04

Júlio César Assimos Marone
Diretor Responsável Pela Área Contábil
CPF: 162.432.266-20

Magda Fátima de Oliveira
Contadora CRC/MG nº 066845/06
CPF: 653.024.006-34

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores da Secretaria de Defesa Social
do Estado de Minas Gerais Ltda - COOPSESP

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 30 DE JUNHO DE 2023, 31 DE DEZEMBRO DE 2023
E 30 DE JUNHO DE 2024.**

	Capital social	Reserva legal	(Perdas) sobras acumuladas	Total
Saldo em 31/12/2022	7.741.110,04	26.789,09	- 44.332,21	7.723.566,92
Aumento de Capital	722.229,20			722.229,20
Devolução de Capital	- 619.375,70			- 619.375,70
Sobras ou Perdas Líquidas so Semestre			105.876,06	105.876,06
Reserva Legal Compensada nas Perdas		- 26.789,09	26.789,09	-
Saldo em 30/06/2023	7.843.963,54	-	88.332,94	7.932.296,48
Saldo em 30/06/2023	7.843.963,54	-	88.332,94	7.932.296,48
Aumento de Capital	723.718,52			723.718,52
Devolução de Capital	- 561.358,07			- 561.358,07
Sobras ou Perdas Líquidas do Semestre			109.465,68	109.465,68
Reserva Legal		21.534,17	- 21.534,17	-
Fates Atos Cooperativos			- 21.534,17	-
Fates Atos Não Cooperativos			-	-
Reversão de Fundos		-	13.958,30	13.958,30
Saldo em 31/12/2023	8.006.323,99	21.534,17	168.688,58	8.196.546,74
Saldo em 31/12/2023	8.006.323,99	21.534,17	168.688,58	8.196.546,74
Aumento de Capital	701.547,73			701.547,73
Devolução de Capital	- 518.195,25			- 518.195,25
Ao Capital (sobras exercício anterior)	150.000,00		- 150.000,00	-
Sobras ou Perdas Líquidas do Semestre			63.812,84	63.812,84
Reserva Legal (dest.sobras exerc.ant.)		18.688,58	- 18.688,58	-
Saldo em 30/06/2024	8.339.676,47	40.222,75	63.812,84	8.443.712,06

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Jorge Sarsur Neto
Presidente do Conselho de Administração
CPF: 074.788.286-04

Júlio César Assimos Marone
Diretor Responsável Pela Área Contábil
CPF: 162.432.266-20

Magda Fátima de Oliveira
Contadora CRC/MG nº 066845/06
CPF: 653.024.006-34

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores da Secretaria de Defesa Social
do Estado de Minas Gerais Ltda - COOPSESP

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO

DESCRIÇÃO	1o Sem. 2024	1o Sem. 2023
Atividades Operacionais		
Sobras/Perdas do Período	63.812,84	105.876,06
Provisão para Operações de Crédito	- 22.673,91	- 31.917,63
Depreciações e Amortizações	6.922,14	7.337,31
	48.061,07	81.295,74
Aumento (redução) em ativos operacionais		
Operações de Crédito	133.695,76	- 133.231,83
Outros Créditos	- 9.011,09	- 163,34
Outros Valores e Bens	- 7.010,54	- 14.537,63
	117.674,13	- 147.932,80
Aumento (redução) em passivos operacionais		
Outras Obrigações	- 57.800,51	160.838,82
	- 57.800,51	160.838,82
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Atividades Operacionais	107.934,69	94.201,76
Atividades de Investimentos		
Aquisição de Imobilizado de Uso	-	- 1.140,00
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos	-	- 1.140,00
Atividades de Financiamentos		
Aumento por novos aportes de Capital	701.547,73	722.229,20
Devolução de Capital à Cooperados	- 518.195,25	- 619.375,70
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos	183.352,48	102.853,50
Aumento / Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	291.287,17	195.915,26
Modificações em de Caixa e Equivalentes de Caixa Líquidas		
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período	4.226.766,94	4.253.062,37
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	4.518.054,11	4.448.977,63
Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	291.287,17	195.915,26

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Jorge Sarsur Neto
Presidente do Conselho de Administração
CPF: 074.788.286-04

Júlio César Assimos Marone
Diretor Responsável Pela Área Contábil
CPF: 162.432.266-20

Magda Fátima de Oliveira
Contadora CRC/MG nº 066845/06
CPF: 653.024.006-34

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores da Secretaria de Defesa Social do Estado de Minas Gerais Ltda.– COOPSESP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 2023

1 Contexto operacional

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores da Secretaria de Defesa Social do Estado de Minas Gerais Ltda. – COOPSESP, constituída em 6 de dezembro de 2002, é uma instituição financeira não bancária, sociedade cooperativa de responsabilidade limitada, de pessoas, de natureza simples e sem fins lucrativos. Em relação ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, a mesma adquiriu personalidade na data de 13 de junho de 2003, através do registro sob nº 05.746.715/0001-01.

A Cooperativa está sediada na Rua Uberaba, 315, loja 9, bairro Barro Preto, em Belo Horizonte MG e tem sua área de ação limitada ao Estado de Minas Gerais.

Tem por objeto social, além de outras operações que venham a ser permitidas às sociedades cooperativas de crédito, o desenvolvimento de programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito, como também prover, através da mutualidade, prestação de serviços financeiros a seus associados em suas atividades específicas, buscando apoiar e aprimorar a produção, a produtividade e a qualidade de vida, bem como a comercialização, industrialização dos bens produzidos, e a formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

Em 8 de setembro de 2020, a Cooperativa realizou o processo de desfiliação junto ao Sicoob Central Cecremge e firmou o Termo de Convênio de Prestação de Serviços com a mesma para assessoria e consultoria, sendo que o mesmo foi encerrado em 31 de dezembro de 2021. A Cooperativa não utiliza mais a estrutura centralizada de monitoramento de gestão de riscos e de capital.

Tem sua constituição e funcionamento regulamentados pela Resolução CMN nº 4.434/2015, e está enquadrada no segmento 5 (S5), nos termos da Resolução CMN nº 4.553/2017.

No período da Pandemia do Coronavírus, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que poderia interromper suas operações em um futuro previsível. A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores da Secretaria de Defesa Social do Estado de Minas Gerais Ltda. – COOPSESP, junto a seus associados, colaboradores e a comunidade fizeram a sua parte para evitar a propagação do Coronavírus, seguiram as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, adotando alternativas que auxiliaram no cumprimento da missão. A administração avaliou a capacidade da Cooperativa e decidiu em continuar operando normalmente e convencida de que ela possuía recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tinha conhecimento de nenhuma incerteza material que poderia gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis

a Apresentação das demonstrações financeiras

A administração da Cooperativa autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 25 de julho de 2024, as quais são de sua responsabilidade e foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as regulamentações emanadas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e pelo Banco Central do Brasil – BCB, incluindo a Resolução CMN nº 4.818/2020 e Resolução BCB nº 2/2020 que regulamentaram procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. Foram observadas também, as normas regulamentares constantes no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, os Pronunciamentos Contábeis homologados pelo BCB e a legislação aplicada às cooperativas de crédito, especialmente às disposições das Leis nº 4.595/1964 e nº 5.764/1971, com alterações pela Lei Complementar nº 130/2009.

A administração avaliou a capacidade da Cooperativa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras da Cooperativa foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

a.1. Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

A seguir, trazemos um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução BCB 390 de 12 de Junho de 2024 – Entra em vigor em 1º de janeiro de 2030, no que se refere ao Art.1º, na parte em que altera o Art.4º da Resolução BCB nº 92 de 06 de maio de 2021 e ao Art.2º caput. Inciso I, alínea “a”. Em em 1º de julho de 2024, quanto ao disposto no art. 2º, caput, incisos II e III. Em 1º de janeiro de 2025, quanto aos demais dispositivos.

Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021: a norma dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, e quanto à designação e ao reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Entrou em vigor em 1º de janeiro de 2022: a mensuração dos investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto avaliados pelo método de equivalência patrimonial destinados a venda. Este normativo entra em vigor em 1º/1/2025 a divulgação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) e das demonstrações no padrão contábil internacional.

Em atendimento a Resolução CMN nº 4.966 pela COOPSESP, consta a necessidade de elaboração de um plano de implementação. A cooperativa adotou o cronograma de atividades, desenvolvido pela empresa FACILTECH, utilizando o sistema FACCREED, visando a elaboração do plano de implementação, como revisão dos Instrumentos Financeiros (ativos e passivos) contabilizados, avaliando suas características perante a nova

resolução e identificando a sua categoria de classificação correta. Estudo de modelo de provisão que atenda aos requisitos expostos pela Resolução, identificando eventuais impactos patrimoniais, impactos operacionais, incluindo software de gestão na cooperativa, acompanhando normativos do Banco Central do Brasil

Está em andamento o desenvolvimento das adequações no FacCred, conforme cronograma atualizado, considerando a implantação a partir de janeiro/2025.

b Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão resumidas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

b.1 Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios são reconhecidos pelo regime de competência. Sobre o resultado de eventuais operações realizadas com não cooperados (ato não cooperativo) são apurados e recolhidos os impostos devidos. Os resultados destas operações são levados à conta do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES, conforme previsto na Lei nº 5.764/1971.

b.2 Estimativas contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Cooperativa no processo de aplicação das práticas contábeis. As demonstrações financeiras da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas-úteis do ativo imobilizado, provisão para perdas nas operações de crédito, provisão para contingências e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. A administração da Cooperativa monitora e revisa as estimativas e suas premissas pelo menos anualmente.

b.3 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo e de alta liquidez, com prazo inferior a 90 dias de vencimento e com risco insignificante de valor.

b.4 Operações de crédito

As operações pré-fixadas são registradas pelo valor futuro, retificadas pela conta de rendas a apropriar, e as operações pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço, observados os índices contratados. Para as operações vencidas há mais de 60 dias, os juros permanecerão em rendas a apropriar, até a liquidação da operação.

b.5 Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Sobre as perdas esperadas associadas ao risco de crédito, a administração da Cooperativa constituiu provisão para perdas em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, com base em critérios consistentes e verificáveis, amparados por informações internas e externas, pelo menos em relação ao devedor e seus garantidores (situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade econômica e limite

de crédito) e, em relação à operação (natureza e finalidade, características das garantias com suficiência de liquidez e valor), conforme determina a Resolução CMN nº 2.682/1999, que classifica as operações em nove níveis de risco (de AA a H).

b.6 Imobilizado de uso

As imobilizações de uso são demonstradas pelo custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, aplicando-se taxas que contemplam a estimativa de vida útil-econômica dos bens.

A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 27 – Ativo imobilizado, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.535/2016.

b.7 Intangível

Corresponde aos ativos não monetários, identificáveis, controláveis e sem existência física, adquiridos e destinados para utilização da Cooperativa na manutenção de suas atividades e na geração de benefícios econômicos futuros. Estão reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição, e a amortização é reconhecida mensalmente, a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil econômica dos bens ativos, revistas no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 04 (R1) – Ativo Intangível, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.534/2016.

b.8 Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado, o ativo intangível e os outros ativos não circulantes são revistos anualmente de acordo com os critérios definidos pelo CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3.566/2008, revogado pela Resolução CMN nº 4.924/2021, para se identificar evidências de perdas não recuperáveis ou ainda sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

b.9 Depósitos

Os depósitos a prazo pré-fixados são registrados pelo valor futuro, retificado pela conta de dispêndios a apropriar; e os depósitos pós-fixados são atualizados até a data do balanço, observados os índices contratados.

b.10 Demais ativos e passivos

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas não superando o valor de mercado. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

b.11 Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências concretas que assegurem a sua realização. Os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente pela administração da Cooperativa quando, com base na opinião dos assessores jurídicos e outras análises das matérias, for considerado que há risco de perda de ações judicial ou administrativa, gerando uma possibilidade de saída de recursos no futuro para a liquidação dessas ações e, ainda, quando os montantes envolvidos possam ser mensurados com suficiente segurança. Esse é um julgamento subjetivo, sujeito às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, mas que leva em consideração o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, a jurisprudência em questão, a possibilidade de recorrer à instâncias superiores e a experiência histórica. As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de provisões e passivos contingentes estão de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009. A administração da Cooperativa revisa periodicamente a situação dos passivos contingentes.

b.12 Segregação do circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses estão classificados no circulante, e os com prazos superiores, no não circulante e estão sendo apresentados nas notas explicativas.

b.13 Imposto de renda e contribuição social

A Cooperativa está sujeita à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL quando auferir resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável. A alíquota da CSLL para as cooperativas de crédito foi elevada de 15% para 20% para o período-base compreendido entre 1º de julho de 2021 e 31 de dezembro de 2021, conforme Medida Provisória nº 1.034/21.

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo. A Cooperativa está sujeita ao recolhimento do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN, sobre as receitas auferidas com atos não cooperativos. A alíquota aplicada varia de 2% a 5%, de acordo com a legislação vigente de cada município.

b.14 Resultados recorrentes e não recorrentes

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

3 Disponibilidades

As disponibilidades e as relações interfinanceiras são classificadas como equivalentes de caixa para fins de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa.

<u>Descrição</u>	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Disponibilidades		
Depósitos bancários	<u>79.356,64</u>	<u>70.563,77</u>

4 Títulos e valores mobiliários

<u>Descrição</u>	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Cotas em fundos de investimento	<u>4.438.697,47</u>	<u>4.156.203,17</u>

Trata-se de recursos investidos em títulos de renda fixa emitidos por instituição financeira de primeira linha. Foi registrado no resultado do 1º semestre de 2024, em ingressos da intermediação financeira - títulos e valores mobiliários, rendimentos no montante de R\$ 232.494,30 (R\$ 250.315,19 no 1º semestre de 2023).

5 Operações de crédito

a Composição da carteira de crédito por modalidade

<u>Descrição</u>	<u>30/06/2024</u>			<u>31/12/2023</u>		
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Empréstimos	<u>2.337.753,59</u>	<u>2.259.830,71</u>	<u>4.597.584,30</u>	<u>2.463.348,58</u>	<u>2.267.931,48</u>	<u>4.731.280,06</u>

Foi registrado no resultado do 1º semestre de 2024, em ingressos da intermediação financeira, operações de crédito, rendimentos no montante de R\$ 449.176,75. (R\$ 392.549,58 no 1º semestre de 2023).

b Composição por nível de risco e situação do vencimento

<u>Nível de risco</u>	<u>Provisão %</u>	<u>30/06/2024</u>			<u>31/12/2023</u>		
		<u>Vencidas</u>	<u>Vincendas</u>	<u>Total</u>	<u>Vencidas</u>	<u>Vincendas</u>	<u>Total</u>
AA	-	-	-	-	-	-	-
A	0,5	-	2.204.341,58	2.204.341,58	-	2.346.615,97	2.346.615,97
B	1	93.617,16	1.380.236,79	1.473.853,95	18.493,30	1.918.806,74	1.937.300,04
C	3	43.925,65	588.195,86	632.121,51	-	165.061,03	165.061,03
D	10	21.173,72	150.357,96	171.531,68	-	124.703,22	124.703,22
E	30	-	-	-	-	-	-
F	50	-	9.426,48	9.426,48	18.663,55	8.684,04	27.347,59
G	70	43.252,94	21.961,99	65.214,93	4.702,76	50.115,36	54.818,12
H	100	10.076,59	31.017,58	41.094,17	18.224,16	57.209,93	75.434,09
		<u>212.046,06</u>	<u>4.385.538,24</u>	<u>4.597.584,30</u>	<u>60.083,77</u>	<u>4.671.196,29</u>	<u>4.731.280,06</u>

c Créditos baixados como prejuízo

As operações classificadas como nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses e, desde que apresentem atraso superior a esse prazo, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não figurando mais no balanço patrimonial.

Em 30 de junho de 2024, os créditos baixados como prejuízo e registrados em conta de compensação montam R\$ 141.349,68. No 1º semestre de 2024, foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 8.795,32.

6 (-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

a Composição por tipo de operação

Descrição	30/06/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
(-) Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	<u>-77.966,86</u>	<u>-75.368,04</u>	<u>-153.334,90</u>	<u>-91.647,79</u>	<u>-84.361,02</u>	<u>-176.008,81</u>

b Movimentação das provisões perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	30/06/2024	30/06/2023
Saldo inicial	<u>-176.008,81</u>	<u>-221.945,40</u>
Créditos baixados para prejuízo	0,00	0,00
Constituição da provisão para perdas em operações de crédito	-35.684,14	-75.856,84
Reversão de provisão para operações de crédito	13.010,23	43.377,34
Saldo final	<u>-153.334,90</u>	<u>-190.027,77</u>

7 Imobilizado de uso e intangível

Descrição	Taxa anual de depreciação/amortização	Custo	Depreciação/amortização acumulada	30/06/2024	31/12/2023
				Líquido	Líquido
Imobilizado de uso					
Instalações	10%	2.123,00	-1.849,70	273,30	346,82
Móveis e equipamentos de uso	10% e 20%	72.612,93	-67.994,93	4.618,00	5.558,30
Veículos	20%	34.000,00	-34.000,00	0,00	0
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4%	11.859,35	-1.358,23	10.501,12	10.738,30
Imóveis	4%	299.094,19	-148.138,46	150.955,73	156.626,87
		<u>419.689,47</u>	<u>-253.341,32</u>	<u>166.348,15</u>	<u>173.270,29</u>
Intangível				0	
Software	20%	12.982,40	-12.870,46	0	0
		<u>432.671,87</u>	<u>-266.211,78</u>	<u>166.348,15</u>	<u>173.270,29</u>

8 Outras obrigações

Descrição	30/06/2024	31/12/2023
Sociais e estatutárias:		
Fundo de assistência técnica, educacional e social (i)	74.280,27	74.280,27
Sobras líquidas a distribuir	15.298,99	15.298,99
Quotas de capital a pagar	667.109,60	737.749,99
	<u>756.688,86</u>	<u>827.329,25</u>
Fiscais e previdenciárias:		
Impostos e contribuições a recolher	<u>26.728,44</u>	<u>24.624,22</u>
Diversas:		
Obrigações p/Aquis.bens e direitos	2.700,71	1.587,72
Provisão para pagamentos a efetuar	41.059,40	31.471,21
Credores diversos no País	8.767,53	8.733,05
	<u>52.527,64</u>	<u>41.791,98</u>
	<u>835.944,94</u>	<u>893.745,45</u>

- (i) O FATES tem sua formação, classificação e utilização conforme a Lei do Cooperativismo e normas do BACEN.

9 Passivos contingentes

No desenvolvimento de suas operações a Cooperativa está sujeita a certos riscos, representados por ações tributárias, cíveis e processos trabalhistas, que são discutidas nas esferas administrativa e judicial. A Cooperativa não possui processos que indicam perda provável ou possível em 30 de junho de 2024 e 30 de junho de 2023.

10 Patrimônio líquido

a Capital social

É representado pelas integralizações de 1.337 associados em 30 de junho de 2024. De acordo com o Estatuto Social, cada associado tem direito a um voto, independentemente do número de suas quotas-partes.

No primeiro semestre de 2024, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 701.547,73 (R\$ 722.229,20 no primeiro semestre de 2023), e também ocorreram devoluções no primeiro semestre de 2024, no montante de R\$ 518.195,25 (R\$ 619.375,70 no primeiro semestre de 2023).

Houve a integralização de R\$ 150.000,00 referente as sobras do exercício anterior, conforme deliberado em AGO.

O capital social é de R\$ 8.339.676,47 no primeiro semestre de 2024 e de R\$ 7.843.963,54 no primeiro semestre de 2023.

b Sobras ou perdas semestrais

No primeiro semestre de 2024, a Cooperativa apresentou sobras de R\$ 63.812,84 e no primeiro semestre de 2023 sobras de R\$ 105.876,06.

11 Dispêndios de pessoal e honorários

<u>Descrição</u>	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Honorários	-167.000,00	-125.000,00
Benefícios a empregados	-36.699,50	-26.871,47
Encargos	-92.114,55	-90.770,98
Proventos	-107.995,39	-96.769,68
	<u>-403.809,44</u>	<u>-339.412,13</u>

12 Outros ingressos/rendas operacionais

<u>Descrição</u>	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Recuperação de encargos e despesas	3.703,01	1.115,66
Taxa manutenção Coopsesp	39.650,00	37.280,00
Receita Plano de Saúde Valem	8.017,84	0,00
	<u>51.370,85</u>	<u>38.395,66</u>

13 Outros dispêndios/despesas operacionais

<u>Descrição</u>	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Descontos Concedidos em Renegociações	295,06	2.965,39
Fates-Social	486,9	6.248,90
Fates-Educacional	384,00	0,00
	<u>1.165,96</u>	<u>9.214,29</u>

14 Resultado não operacional

<u>Descrição</u>	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Ganho de capital	199,07	0,00
	<u>199,07</u>	<u>0,00</u>

15 Seguros contratados

A administração da Cooperativa adota a política de contratar seguros, cujas coberturas são consideradas suficientes pela administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

16 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros estão demonstrados no balanço patrimonial por valores contábeis, os quais são iguais ou que se aproximam dos seus valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas, com destaque para as disponibilidades, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras e operações de crédito, no ativo, e depósitos no passivo.

Não foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios.

17 Partes relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa (Diretoria e Conselho de Administração). As operações com partes relacionadas são realizadas no contexto normal das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica, e são assim resumidas nos semestres:

<u>Descrição</u>	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Principais saldos:		
Ativo		
Operações de crédito	511.066,13	359.659,08
Patrimônio líquido		
Capital social	59.309,83	47.654,22
Benefícios:		
Honorários	-135.000,00	-112.500,00
Cédulas de presença	-32.000,00	-12.500,00

18 Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 1/3/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

<u>Descrição</u>	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Patrimônio de referência (PR)	8.443.712,06	7.932.184,54
Ativo ponderado pelo risco (RWAS5)	8.479.650,89	8.116.624,24
Índice de Basileia	99,58%	97,73%

19 Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos

As cooperativas de crédito estão sujeitas a riscos de diferentes tipos e naturezas que são inerentes ao negócio. A fim de identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar esses riscos, a Cooperativa deve contar com uma estrutura de Gestão Integrada de Riscos compatível com o modelo de negócio, com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, dos serviços, das atividades e dos processos realizados, que está em processo de implantação e visa assegurar a solidez e perenidade da Cooperativa. A Cooperativa considera que o gerenciamento de riscos é peça fundamental e estratégica para que seus objetivos sejam alcançados.

Jorge Sarsur Neto
Presidente do Conselho de Administração
CPF: 074.788.286-04

Júlio César Assimos Marone
Diretor responsável pela área contábil
CPF: 162.432.266-20

Magda Fátima de Oliveira
Contadora CRC/MG nº 066845/06
CPF: 653.024.006-34